



GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 839

## GÊNERO, SEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO: UMA ABORDAGEM PÓS-CRÍTICA NA EDUCAÇÃO

Fernando Altair Pocahy - UERJ

Priscila Gomes Dornelles - UFRB

Agência Financiadora: FAPERJ; CNPq

### Resumo

O presente ensaio problematiza a trama discursiva de gênero, sexualidade e envelhecimento a partir de uma abordagem Pós-Crítica na Educação. O trabalho em tela é articulado a estudos e pesquisas interdisciplinares, como forma de evidenciar o papel central da cultura na produção de posições de sujeito interpelados desde o engendramento de marcadores sociais de diferença, deslocando assim a velhice da tutela discursiva das biociências e/ou mesmo da gerontologia. Ao evidenciarmos elementos que cercam a experiência discursiva do envelhecimento, através de novos arranjos biopolíticos e desde os ataques neoliberais atuais ao estatuto da democracia brasileira, ensaiamos apostas sobre as possíveis demandas e contribuições do campo dos Estudos Pós-Críticos em Educação, notadamente aqueles que se movimentam em articulação com os Estudos Decoloniais Feministas e Queer Interseccionais, de forma a explicitar a produção das pedagogias culturais na trama gênero-sexualidade-geração. Este ensaio aponta para as possibilidades e as contribuições do campo educacional para a temática em tela e vice-versa, evidenciando a urgência de pactuações ético-estético-políticas para a problematização do envelhecimento.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Envelhecimento; Educação; Pedagogias Culturais

### 1. *Des(a)fiando a trama discursiva da velhice: apostas iniciais*

Múltiplos discursos e uma trama complexa de sujeitos sociais e instituições participam de amplas disputas sobre os significados e as políticas entorno do envelhecimento no Brasil na atualidade. Entre esforços associativos, vasta e diversificada pesquisa acadêmica e o trabalho governamental aparecem consideravelmente, porém poucas são as certezas sobre os rumos da velhice no Brasil. Das poucas garantias que temos para este cenário, temos apenas aquela de que somos um país cuja população envelhece a passos largos, tendo a expectativa de vida atingindo atualmente a faixa de 75,44 anos

(média geral, incluindo-se homens e mulheres), quando há menos de 15 anos estimava-se os 69,83 anos para a média nacional (IBGE, 2016).

Uma primeira e rápida interpretação sobre esse cenário e sobre os dados demográficos vem sendo amplamente difundida nos seguintes termos: o número de pessoas idosas no Brasil avança em proporções geométricas com impacto social e econômico. Porém, outra chave analítica diria que nossas repostas governamentais vêm sendo simplificadas pela aritmética neoliberal responsável por culpabilizar e excluir a população idosa, através do sequestro de direitos. Caminhos de subtração a cada dia e a cada nova tentativa de ‘reforma’<sup>1</sup> sobre as políticas de previdência e assistência a idosas e a idosos, ataques à cidadania de pessoas que fizeram de nós um país complexo e rico em suas diversas culturas, sua história, seu patrimônio e seu ‘capital’ humano.

Diante da certeza de que os índices de longevidade se encontram cada vez mais crescentes, equiparando o quantitativo de idosas/os à presença de jovens (assim como em outros países em desenvolvimento), a emergência da população de pessoas ‘velhas’ não exporia apenas os efeitos estruturais de um suposto peso ao sistema previdenciário ou outras mazelas da racionalidade economicista - como aquelas que impõem custos pesados à saúde ou à assistência, por exemplo. A trama do envelhecimento é mais complexa que aquela do cálculo estatístico governamental neoliberal.

Isto é, se a *razão de estado* atual é explicitamente amante do neoliberalismo, os ecos dessa barbárie estão por toda a parte. Um sem número de pessoas não seriam menos cúmplices nesse processo de exclusão, amasiados politicamente ao profundo desprezo cultural pela velhice e ao ódio à diversidade, capturados ainda pela noção de jovialidade como estilo de vida normativo e a ser vivido por toda a vida. Efetivamente sabemos que não somos ‘naturalmente’ dotados do desprezo pela velhice. Nesta mesma posicionalidade, é evidente que nós aprendemos isso no jogo da cultura - em nossas instituições (como na escola, por exemplo) e, sobretudo, a partir das políticas de governo. Educação escolar e políticas públicas de governo são aqui acionadas como políticas de subjetivação.

Assim, compreendemos que educar envolve outros processos e instâncias da sociedade, incluídos aqui o cinema, a literatura, as políticas públicas, as quais funcionam através de “processos educativos envolvem estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas” (MEYER, 2013, p.17). Esta

---

<sup>1</sup> Utilizaremos o recurso das aspas simples para destacar aquelas palavras que, intencionalmente, implicam em desacordo com o sentido tradicional de sua utilização. O uso das aspas duplas será realizado em citações apresentadas no corpo do texto.

compreensão nos leva a problematizar a articulação estreita entre razão econômica como elemento de orquestração de uma (bio)norma e de uma política de abjeção em nossa cultura. Isto é, a produção do desprezível, do ignóbil está intrinsecamente relacionada aos jogos de verdade que forjam e ficionam/fabricam realidades, desejos, modos de ser, através de uma racionalidade econômica, produzida e que se produz notadamente desde a noção forjada de um indivíduo útil e produtivo.

Diante da incerteza sobre como se dariam essas aprendizagens e de como se arranjaríamos os termos discursivos dos jogos de interpelação de produzir posições de sujeito, nossos desafios na pesquisa acadêmica em Educação são localizados e, ao mesmo tempo, se ampliam ao pensarmos o envelhecimento. Olhamos, vemos, compreendemos a partir de uma “tábua de trabalho” (LOURO, 2004, p. 70) do pensamento, marcada pelo desassossego e pelas provocações que duvidam, questionam, duelam, rasuram o envelhecimento como produto de um argumento científico estreitado pelo campo biológico. Movimentações pós-críticas que se situam em um movimento intento de alargamento das margens de inteligibilidade que conferem não só aos corpos um *status* humano, mas a algumas ‘ciências’ um estatuto científico em suas alianças com a racionalidade econômica neoliberal. Ética, política e estética funcionando na articulação entre envelhecimento e educação para perguntar-se pelo tom dogmático da ‘ciência’, um movimento avesso aos de “funcionários da verdade”, como diz Foucault (1996), uma posição que tensiona e se insere no debate das/com as políticas de conhecimento e seus processos de subjetivação no âmbito da cultura. De forma articulada, tem-se uma racionalidade econômica sobre a velhice que investe em simplificações dos desafios éticos, estéticos e políticos que o envelhecimento nos oferece. Tensionamos nossas esperanças com um Brasil plural, com outras formas de compreensão política, econômica e cultural do envelhecimento. Anseios amplamente veiculados em muitos estudos e pesquisas em marcha e um importante desafio para a pesquisa acadêmica.

Nossas perguntas sobre o envelhecimento e a educação se colocam, assim, em tramas pós-críticas comprometidas com a posicionalidade produzida pelas alianças com um feminismo *queer* interseccional. Uma esteira de tensionamentos de determinados e, ao mesmo tempo, uma política de assunção de certos modos de ver. Aqui, “modos de ver” no plural é romper com uma leitura totalizadora, com uma verdade fascista sobre a vida. Isso significa colocar em movimento a pergunta de Donna Haraway, quando aborda os saberes localizados: “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (1995, p. 25).

Fugimos, assim, da vulgata pergunta sobre quem paga a conta da previdência (como se estes/as idosos/as já não tivessem o feito e como se todas e todos nós não estivéssemos contriuinto substancialmente para isso). Nossos problemas com o envelhecimento têm ‘sangue nos olhos’. E, por isso, visibilizamos os caminhos mais ardilosos e sutis de seu trato contemporâneo e ‘golpista’, pois são veiculados de forma difusa em um jogo enunciativo perverso. Jogo esse que é sempre prolixo em afirmar que a velhice é algo desprezível, mas que pode ser também uma fonte para as práticas de consumo em uma rede diferenciada (serviços, tratamentos, processos educacionais, etc).

Flerta-se com ceticismos em relação a “quaisquer pretensões de onipotência teórica e política” (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 195) tanto para as propostas ditas objetivas-assépticas de produção do pensamento e da ciência como para as parcialidades que se movem como “burocratas da revolução” (FOUCAULT, 1996). Jogamos com posições teóricas, políticas, éticas e estéticas interessadas que situam o reconhecimento dos jogos de saber-poder como intrínsecos à atuação de modos de conhecer com repercussões no âmbito acadêmico e social. Um caminho que expande as ligações entre ciência e o contexto social brasileiro do envelhecer, bem como entre educação e envelhecimento.

## *2. A sexualidade e o envelhecimento nas redes de consumo: (bio)políticas neoliberais*

Na trama de gestão da vida através do controle das idades/fases de vida, somos apresentadas/os a um amplo cardápio para bem-viver a velhice ou, em outros termos, para recusarmo-nos aos antigos modos de envelhecer. As novas e emergentes representações sobre as pessoas idosas convivem com os antigos dilemas de uma fase da vida considerada problema social e familiar, associada aos possíveis altos custos com a saúde que a velhice ‘mal planejada’ e/ou os supostos infortúnios das crises intergeracionais trariam. E se o cálculo passa a incluir a obrigação de envelhecermos bem e com saúde, o resultado de qualquer recusa à biopolítica geracional imputaria a culpa por todo e qualquer um de seus infortúnios às/aos que não construíram uma vida saudável. Assim, dizem, então, os baluartes da (bio)política neoliberal: que paguem o preço da disciplicência com seus erros do passado!

Em outra ponta dessa complexa trama do novo cenário geracional e demográfico que deverá apresentar índices populacionais superiores aos de natalidade e aqueles relativos à presença de jovens na sociedade brasileira, a emergência de pessoas idosas não apenas exporia os efeitos estruturais de uma defasagem no sistema produtivo versus previdenciário. O que acontece junto a isso é que somos apresentados a um conjunto de pedagogias do bem envelhecer, embalados pelo desejo da razão do estado atual - desejando o desejo do Estado (BUTLER, 2003).

Diante de uma racionalidade biopolítica emergente no cenário contemporâneo e de suas novas demandas culturais e tecnológicas (cabe dizer que a tecnologia é um produto cultural), o corpo passa a ser emblemático da disputa social pelos significados atribuídos a lugares e espaços-tempos por onde a velhice pode ou não ser concebida. As evidências de nossa ‘aparência geracional’ nos movimentaria constantemente no jogo da interpelação sobre o que poderia ou não uma pessoa com a idade que leva/aparenta. Isto é, o corpo faz-se tela das disputas culturais e políticas em torno dos estilos de bem viver (não somente em relação às/aos idosas/os, mas também às infâncias, às juventudes...).

Porém, muitos estudos no campo das Ciências Humanas e Sociais vêm desafiando essa produção dos territórios de exclusão da/o idosa/o, especialmente aqueles trabalhos que têm ido ao encontro dos movimentos de resistência cultural e política envolvendo pessoas idosas: do bar ao sindicato, da reunião comunitária ao clube de sexo, da pracinha do bairro ou do centro da cidade à assembleia docente universitária, dentre tantos outros espaços-tempos de movimentação que as/os idosas/os vêm produzindo. Assim, agenciando e fazendo proliferar pedagogias do envelhecimento, as quais não se resumem às ditas ‘velhas pedagogias’, mas novos modos de agir na cultura, novos processos de ensino-aprendizagem na experiência do envelhecimento.

Diante dos rastros dos jogos de verdade (Foucault, 2001) que definem novos lugares sociais para as idosas e os idosos, uma nova velha-nova questão passa a ocupar o imaginário cultural e político nacional (e global), reposicionando e redefinindo uma ‘suposta’ nova população a ser gerida: trata-se da sexualidade como uma questão para a velhice. Não do ponto de vista de certa liberdade sexual, mas relacionada à obrigação de exercer a sexualidade. Uma sexualidade promovida de modo articulado às boas práticas em saúde, ao estilo de vida saudável. Sexualidade e velhice tornam-se amantes de um processo cultural a ser apre(e)ndido em novos termos linguísticos – sexo é vida, conclama a indústria de serviços e medicamentos, assim como certas políticas específicas para a população idosa no terreno governamental.

Mas se em muitas instâncias em nossa cultura o corpo idoso permanece exposto à tutela e à vigilância, de outra parte é convidado a dar mais de si, tanto na cama, quanto nos roteiros de viagens, academias, clubes e diante da nova cosmética do envelhecimento (ao que estamos entendendo como o conjunto de práticas de re/vitalização do corpo, que incluem novas imagens corporais do envelhecimento, inspiradas nos modelos juvenilizados). Junto a isso é convocado a seguir trabalhando mais tempo - como propõe o atual projeto governamental que sequestra direitos, a partir de uma reforma previdenciária de princípios ultra-neoliberais. As campanhas e imagens dessa discussão são apelativas à ideia de que a velhice contemporânea seria mais ativa e saudável e que as pessoas teriam condições de exercer o trabalho por mais tempo, como mostram imagens da Revista Veja trazendo em capa Mick Jaeger envelhecendo de um jeito considerado 'ativo' e energético... Talvez, se ele fosse cortador de cana ou professora da rede básica pública no Brasil, não chegaria aos cinquenta anos sem ter passado por muitas dificuldades de saúde.

A obrigatoriedade da atividade sexual não funciona ou não age sobre todos os corpos da mesma maneira. Esses novos repertórios são interseccionados (articulados) por marcadores sociais, definindo posições e lugares específicos para determinados sujeitos. Isto é, viver a experiência do envelhecimento marcado pela raça, expressão de gênero, orientação sexual, 'deficiência' e condições socioeconômicas, história de trabalho, dentre outros, abriria ou fecharia planos de possibilidades para uma vida denominada idosa, mesmo no interior de uma zona abjeta (BUTLER, 2000). Ou seja, a velhice é também mais um elemento de vulnerabilidade para minorias sexuais, raciais, regionais e de gênero.

Estamos convencidos de que a presença de pessoas idosas redefine os termos em que uma sociedade pode ser pensada, inclusive nos ensinando novas formas de construir racionalidades econômicas e de reescrever as Políticas de Estado - políticas públicas. Arriscamos dizer que o 'fio da navalha' dessa nova realidade social é amolado na pedra fundamental amalgamada por violências e exclusão históricas que nos definem como uma nação de muitas faces de desigualdades, onde ainda hoje algumas vidas são posicionadas como dignas e merecedoras de serem vividas e outras não. Temos por aqui consciência de que somos uma sociedade idosofóbica, mas essa idosofobia assume mais consistência articulada aos discursos sexistas e racistas e desde a regionalidade por onde o discurso se (re)territorializa. Talvez, por isso, não se reconheça a violência a que estão submetidas travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais idosas/o, pessoas vivendo o avesso da dignidade humana.

Vidas interpeladas como abjetas, vidas precárias (Butler, 2005). A sociedade brasileira tutela, humilha e constrange as pessoas na velhice e mais violentamente ainda a partir da intersecção com os marcadores de raça, classe, deficiência, local/região de moradia, gênero e sexualidade. Assim, reforçam-se as marcas da heteronormatividade (LOURO, 2009) na experiência do envelhecimento, interseccionadas com outros marcadores de identidade e diferença, tornados marcadores de desigualdade. É desde essas tramas que pessoas trans, lésbicas, bissexuais e gays idosas experienciam a posição de não-sujeitos em um reposicionamento nos jogos de abjeção, a partir da interpelação geracional da velhice.

Em nossa nação, supostamente alegre e disposta, mas nada cordial, abaixo da linha do equador o diferente é sempre o outro - é onde as diferenças tendem a ser neutralizadas, tornadas desigualdades. Porém, se as imagens da velhice portam marcas evidentes do preconceito, discriminação e seguem tuteladas por hierarquias sociais, elas também vêm acompanhadas de resistências que desafiam as práticas regulatórias e as representações normativas. Algumas problematizações acionadas no campo da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais brasileira vêm se esforçando para a compreensão dos processos de significação e práticas sociais envolvendo a aprendizagem e o ensino dos modos de ser idoso e de ser idosa, acompanhando a agonística social e cultural que define a velhice (aqui especialmente na relação com diversidade sexual e de gênero (SIQUEIRA, 2008; HENNING, 2008; MOTA, 2009; PAIVA, 2009; ALVES, 2010; SIMÕES, 2011; SAMMARCO & FROHLICH, 2011; POCAHY, 2012; BRIGEIRO & DEBERT, 2012; KERRY & LAGO, 2013; LACOMBE, 2013; CARDOSO, 2013; SAGESSE, 2014; HENNING, 2014; PASSAMANI, 2015, SAMARCO, 2015, SEFFNER & DUARTE, 2015; ZAMBONI, 2015; LEITE JR, 2015).

Estes esforços parecem estar bastante atentos à produção discursiva da exclusão e às negociações colocadas em marcha nas múltiplas instâncias de nossa sociedade e pelos seus atores sociais. Muitos estudos vêm tomando a cultura como elemento central nas experiências e experimentações epistemológicas, especialmente na Antropologia, Sociologia, Psicologia Social e Educação – áreas de maior produção acadêmica sobre o tema. Esse olhar crítico e cultural na pesquisa têm como marca comum a perspectiva de não descansarem prontamente com uma posição vitimizada do envelhecimento. Notadamente entre pesquisadoras e pesquisadores sobre gênero e sexualidade, concordamos que no interior das formas de abjeção há resistência (é justamente desde essa interpelação como relação de saber-poder que podemos pensar em resistência), bem como

estamos cientes de que outras linhas de exclusão podem ser acionadas - como já nos mostrou Duggan (2005) ao descrever a homonormatividade e sua relação com o neoliberalismo, pois uma coisa é ser uma bicha pobre e negra e velha, outra coisa é ser uma bicha velha branca e rica, para brincar um pouco com coisas sérias.

Uma provocação-questão proposta por Rose-Marie Lagrave (2009) movimenta produtivo tensionamento sobre quais vozes reivindicativas se escutam quando o corpo oferece os primeiros sinais da velhice (ou quando a interpelação da velhice se faz presente) a partir de uma forma desconstrucionista, juntamente com as leituras interseccionais. Isto é, quando diz-se: meu corpo me pertence, meu corpo é político, quais são os corpos que têm visibilidade e são reinvidicados nas políticas de reconhecimento?

A interpelação da velhice produz posições de sujeito. Acompanhar seus efeitos em termos de materialidades discursivas pode nos possibilitar a ampliação das formas de enfrentamento às práticas discriminatórias e à exclusão social. A velhice, desse modo, não pode ser entendida como uma experiência prontamente compartilhável (ou um referente populacional puro), reduzida a uma palavra, imagem, representação única. Ela em si mesma 'não existiria' senão como ficção discursiva, política e cultural situada em jogos específicos de saber-poder. Logo, como experiência fabricada em nossos espaços-tempos de saber-poder, como disputa no plano do discurso, a velhice é performativa – é através de rituais linguísticos, repetições, recitações que ela assume certo caráter de real inquestionável, abrindo espaço para a ficção/fabricação da norma e para a regulação social e política desses corpos ditos idosos/velhos.

Com isso, estamos dizendo que uma norma se exerce no mesmo instante em que ela seria fabricada, isto é, em que é ficcionada - no jogo de sua citacionalidade produzem-se materialidades discursivas de forma a termos então uma média (uma medida, algo que nos diz, isso está na curva estatística representacional da velhice, isso é ser idosa/o). Nos termos de Foucault (2000 [1975]), esta média comum passa a assumir um caráter de valor para algo (instituição, grupo, coletivo) e/ou alguém (indivíduo) e o sujeito pensado como o possível de ser manejado e veiculado neste jogo de saber-poder não pode ser imaginado fora de uma “ordem” e de um jogo de comparação, entre semelhanças e oposições.

É dessa forma que um conjunto discursivo atribui medida, status de algo possível e representável, inventaria anomalias, taxonomizando identidades e constituindo paisagens subjetivas e sociedades dentro de sociedades, produzindo outros mundos e microrregiões ou territórios de existência ou subsistência (como querem reformuladores da Previdência, ao afirmar que a aposentadoria é subsistência – sub-existir, querem nos dizer). Muito



provavelmente nesses termos que a norma pode ser concebida como realidade política (EWALD, 1993, p.124) ou como uma ficção que produz um campo de possíveis semelhantes ou aproximados, que fazem algo funcionar em termos de arranjos de organização política e cultural das sociedades.

Compreendemos que a norma, ao assumir o movimento de uma “regla de conducta, como ley informal, como principio de conformidad” (FOUCAULT, 2000 [1975]) pode produzir uma vida abjeta, no mesmo instante em que ela deixa brechas para a sua contestação e formas de resignificação. Na relação com a sexualidade, se de uma parte as idosas e os idosos são convidadas/os a viver o sexo como expressão e reflexo de uma vida saudável, essa gestão não conhece outras lentes que aquelas da hetero(cis)normatividade e da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). O corpo idoso é convidado a dar mais de si tanto na cama quanto nos seus indicadores de saúde, interpelado pelos regimes de tutela e vigilância governamental e familiar, como afirmado antes.

A partir de alguns arranjos culturais da modernidade temos gestado uma forma particular de horror pelo sujeito idoso na cama da sexualidade. Essa interpelação opera de forma a que tenhamos a certeza de que ao cruzar as fronteiras estabelecidas para a velhice todos nos tornemos monstros sexuais: “O monstro corporifica aquelas práticas sexuais que não devem ser exercidas ou que devem ser exercidas apenas por meio do corpo do monstro. Ela e Eles!: o monstro impõe os códigos culturais que regulam o desejo sexual”. (COHEN, 2000, p.44).

Pode-se acompanhar esta ‘corporificação’ do envelhecimento como uma monstruosidade a partir de fartas representações em nossas sociedades ocidentais modernas, reificando a figura do idoso como signo da “decrepitude” corporal e da “falência” moral do desejo. Como aponta Le Breton (2008 [1998]):

Pouco a pouco os traços alteram-se, as rugas aparecem e se aprofundam, os cabelos embranquecem ou caem, o olhar dos outros desliza, toda sedução apagada ou presumida como tal. Envelhecer é retirar-se lentamente de seu rosto. E perder aos poucos o benefício da atenção dos outros (p. 220).

Porém, como nos alerta Sívori (2005), não são somente formas de dominação e de resistência que podemos acompanhar nessa agonística do envelhecimento, mas também a criatividade de sujeitos, colocados em uma particular situação de subalternidade instituída no interior da norma (homo)sexual, que passaria a ser estranhada.

### *3. Pedagogias culturais e envelhecimento: problematizações na Educação. Notas para concluir*

Diante dos esforços para compreender e oferecer melhores condições de vida para as novas gerações de brasileiras e brasileiros vivendo a interpelação a outros modos de envelhecer, a articulação com gênero e sexualidade ainda encontra-se tímida ou mesmo assombrada por fundamentalismos religiosos, científicos ou políticos. De certa forma, discutem-se as diferentes expectativas de vida relacionadas a homens e mulheres, informando-nos os limites corporais como tela do gênero, mas ligados às representações binárias e heterocisnormativas. Pouco ou quase nada sabemos sobre formas e experiências dissidentes à heteronormatividade. Raros têm sido os estudos sobre modos de vida na experiência da transgenereidade ou das lesbianidades. As poucas produções existentes no campo dos estudos de gênero e sexualidade ainda se encontram localizadas nas experiências de homens cis gays ou bissexuais.

Assim, entendendo essas configurações como “práticas de representação” que “inventam sentidos que circulam e operam, nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (COSTA; SILVEIRA et al, 2003, p.23), acreditamos encontrar a possibilidade de entradas de problematização contundentes no campo dos estudos em Educação, notadamente desde seu vasto domínio de articulação com os estudos sobre gênero e sexualidade (RIBEIRO; XAVIER FILHA, 2013), fundamentalmente a partir de interseccionalidades e dos jogos de poder marcados nos processos de “racialização, precarização e desigualdade social, idade,(d)eficiências corporais, situação político-geográfica e “origem social” que se materializam em políticas e práticas sociais.

Ao serem mobilizar esforços de pesquisa em torno da temática do envelhecimento, gênero e sexualidade em interseccionalidades no campo da Educação, consideramos que isso significa promover um plano privilegiado na compreensão das formas de produção de processos de significação cultural e de práticas pedagógicas para a aprendizagem e o ensino dos modos como nos tornamos sujeitos de uma dada cultura (MEYER, 2003). Apoiados em Doll (2012):

É importante lembrar que a questão da pedagogia também está relacionada a discussões culturais. Hoje é possível pensar em uma

gama de lugares de aprendizagem, tais como a mídia, a cultura popular, o cinema, a publicidade, as comunicações de massa e as organizações políticas e religiosas (Giroux, 1995). Essas esferas produzem imagens e saberes sobre a velhice que operam como dispositivos pedagógicos (Fischer, 1997), subjetivando os sujeitos e produzindo modos de identificação e compreensão de si e do mundo. As imagens orientam expectativas, valores, percepções e comportamentos, produzindo saberes e identidades por meio dos discursos que elas colocam em circulação (p. 10).

Se múltiplas gerações em diferentes grupos e estratos sociais e os dilemas entre as formas de produção de identidade e diferença nos convocam a repensar ou revisitar nossos modos de pensar a velhice, muitos são os desafios éticos, estéticos e políticos que pedem passagem e lugar na pesquisa acadêmica. Quais são as representações possíveis do envelhecimento movimentadas em nossas políticas educacionais? O que aprendemos-ensinamos sobre envelhecer e como representamos ou não a intersecção de gênero, sexualidade e raça, sobre a forma como nossa cultura envelhece? Como representamos o envelhecimento nos distintos artefatos culturais que povoam a escola, por exemplo, e em outros espaços de educação dita não formal ou espaços de circulação de outras pedagogias? (MEYER, 2003)

Essas questões não são novas, tampouco o são extraordinárias, mas elas nos apontam para os múltiplos fluxos sociais e culturais envolvendo as novas gerações de idosas e idosos. Somos então convocados/as a refletir sobre os processos educativos e as práticas culturais mobilizadas na produção de subjetividades na cena contemporânea, de mesma forma em que somos interrogados pelas problematizações que derivam dos desafios e contestações sobre os ideais regulatórios de gênero e sexualidade. Segundo Doll e colaboradoras (2015):

O trabalho educativo pode desconstruir o estereótipo da velhice como algo necessariamente vinculado à fragilidade, à pobreza e à vulnerabilidade, produzindo novas imagens e novos saberes em relação aos velhos. Atualmente, as identidades de gênero, sexualidade e etnia são temas centrais no campo da Educação. Em uma sociedade em rápido envelhecimento, onde até cinco gerações podem conviver numa mesma família, a constituição das identidades geracionais são problematizações imprescindíveis, que precisam entrar na pauta do debate educacional (p. 10-11).

Com isso, reafirmamos a certeza de que a diversidade sexual e de gênero e a velhice são produções culturais. Elas não são fatalidades morais ou normativas. Talvez, sejam

justamente a possibilidade de fazermos de nossas vidas outra coisa com o que nos ensinaram sobre o que é uma vida que pode ser vivida. Por isso, a urgência acadêmica de pesquisas que possam apontar para os movimentos de desconstrução de certas aprendizagens que estão se impondo no jogo das políticas de subjetivação em tempos de ultraconservadorismo e fortalecimento das políticas neoliberais de ação econômica direta incidindo sobre a cultura e de notório ataque ao estatuto da democracia brasileira. Ao ensaiarmos apostas sobre as possíveis demandas e contribuições do campo dos Estudos Pós-Críticos em Educação, notadamente aqueles que se movimentam em articulação com os Estudos Decoloniais, Feministas e Queer Interseccionais, ponderamos que a democracia não encontrará efetividade enquanto nos movimentarmos em um projeto de sociedade racista, heterocissexista e idosofóbico.

#### Referências

- ALVES, A. M. *Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina*. Horizontes Antropológicos, (16), 2010, p. 213-233.
- BUTLER, J. *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Entretien. Paris: Éditions Amsterdam, 2005.
- \_\_\_\_\_. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003, p. 219-260.
- \_\_\_\_\_. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L.(org). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CARDOSO, W. R. S. & CHAVES, H. E. Entretecendo diálogo entre homossexualidade e velhice: notas analítico-interpretativas acerca do envelhecimento gay. *Revista do NUFEN*, Belém, (4), 2013, p. 34-43.
- COHEN, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, T. T. (org). *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão das fronteiras*. BH: Autêntica, 2000.
- COSTA, M. V; SILVEIRA, R. H. S; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. Maio-ago, n23, 2003, p.36-61.
- DEBERT, G. G. & BRIGEIRO, M.. Fronteiras de Gênero e a Sexualidade na Velhice. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, (27), 2012, p. 37-54.
- DOLL, J. et al. Apresentação - Educação e Envelhecimento. *Revista Educação e Realidade*., Porto Alegre, v. 40, n. 1, Mar. 2015, p. 9-15.

- DUGGAN, L. *The Twilight of Equality?: Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack On Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.
- EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa : Vega, 1993.
- FOUCAULT, M. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: PELBART, P P.; ROLNIK, S. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, n. esp., jun. 1996, p. 197-200
- \_\_\_\_\_. Foucault. [1984a]. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Los anormales*. [1975]. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina, 2000.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.
- HENNING, C. E.. Sapinhas, bibinhas e tias: sexualidade, geração e vestuário como formas sociais de distinção identitária. *Revista Enfoques*, Rio de Janeiro, (7), 2008, 18-33.
- LE BRETON, D. *Anthropologie Du corps et modernité*. Paris: PUF, 2008.
- IBGE. *Projeção Da População Do Brasil E Das Unidades Da Federação*. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 10 de agosto de 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>.
- LAGRAVE, R-M. Ré-enchanter la vieillesse. In: La tyrannie de l'âge. *Mouvements* (59). Paris: La Découvert, 2009.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PAIVA, A. C. S. Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, Natal, (3), 2009, p. 191-208.
- PASSAMANI, G. A. Sobre memória e condutas homossexuais: problematizando a trajetória de Tom no Pantanal-MS. *Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN*, Natal, (3), 2015, p. 83-102.

POCAHY, F. A. Entre vapores & vídeos pornôis: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, (20), 2012, p. 357-376.

RIBEIRO, C; XAVIER FILHA, C. *Trajetórias teóricas metodológicas em 10 anos de produção do GT 23*. ANPED, 2013. Disponível em: <  
www.anped.org.br/sites/default/files/resources/1\_Artigo\_encomendado\_GT\_23\_2013.pdf

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, Natal, (5), 2010, p. 17-44.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, v. 21, 2003, p. 157-209.

SAGGESE, G.S.R. Do receio de existir ao direito de conviver: reflexões e apontamentos sobre homossexualidade masculina, geração e transformações sociais. *Gênero na Amazônia, Belém*, (1), 2014, p. 15-37.

SANTOS, D. K. & LAGO, M. L. Estilísticas e estéticas do homoerotismo na velhice: narrativas de si. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, (15), 2013, p. 113-147.

SEFFNER, F. & DUARTE, G. O.. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. *Bagoas - Estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, (9), 2015, p. 27-82.

SIMÕES, J. A. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In Carrara, S. [et.al]. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIQUEIRA, M. S. *Arrasando horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. Na Lapa tudo é permitido! A Lapa sob o olhar e a experiência de travestis das antigas. *Iluminuras*, Porto Alegre, (19), 2008, p. 1-17.

\_\_\_\_\_. *Sou senhora: um estudo antropológico sobre travestis na velhice*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2004.

SÍVORI, H. F. *Locas, chongos e gays. Sociabilidade homosexual masculina durante la década de 1990*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005

ZAMBONI, M. Aids, longa duração e o trabalho do tempo: narrativas de homens que vivem com HIV há mais de 20 anos. *Política & Trabalho*, Campina Grande, (1), 2015, p. 69-90.